Item	Qtd	Und	Especificação	Marca	Preço por Unidade
01	100	UND	<p>Impressora Jato de Tinta</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resolução Máxima: 1200 dpi (em preto) ou superior; - Velocidade de Impressão: Preto – 20 ppm (modo rascunho) ou superior; - Bandeja de Entrada: 80 folhas (papel comum) ou superior; - Bandeja de Saída: 15 folhas (papel comum) ou superior; - Ciclo de trabalho: Até 750 páginas por mês ou superior; - Impressão duplex (frente e verso): manual (fornecido suporte de driver); - Tipos de papel: papel (comum, para jato de tinta, fotográfico), envelopes, transparências, etiquetas, cartões e outros; - Tipos de Mídia: A4, A5, Carta, Etiqueta, Executivo, Ofício e outros; <ul style="list-style-type: none"> - Conexão USB 2.0; - Compatibilidade com Windows XP, Vista e Seven; <ul style="list-style-type: none"> - Fonte de Alimentação Externa Bivolt; - Cabo de alimentação; <p>01 (um) cabo USB compatível, Tipo A (macho) x B (macho) de 1,50m ou superior;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Catálogo ou folder técnico do equipamento ofertado; - Guia de instalação do equipamento; - CD com softwares de instalação do equipamento; - 01(um) cartucho preto original do fabricante; <ul style="list-style-type: none"> - 01(um) cartucho preto extra; - Suporte ao recurso de compartilhamento de impressoras do Windows; <ul style="list-style-type: none"> - Deverá possuir sistema de cartuchos independentes: capacidade de impressão com apenas o cartucho preto instalado; - Dimensões Máximas da Impressora (LxAxP): 46x40x30 cm <ul style="list-style-type: none"> - Declaração do licitante informando que o equipamento está em produção pelo fabricante, na data do pregão, não sendo um equipamento descontinuado; - Registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI do fabricante do equipamento ofertado. 	HP Modelo: D1660	R\$ 149,90
VALOR TOTAL					R\$ 14.990,00

Foro: Belém

Data da Assinatura: 26/10/2010.

Ordenador Responsável: Geraldo de Mendonça Rocha.

Endereço do Contratado: Rua Gioconda Corradi, 18, Sala 101, bairro das Graças, CEP: 35.680-255, Belém-Pa.

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - PA Nº 031/2009-MP/PJFMF

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 172144

Procedimento Administrativo nº031-09/MP/1ª PJFMF

Prestação de Contas do ano-calendário 2008

Interessado: GRUPO DE MULHERES DA AREA CENTRAL

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

GRUPO DE MULHERES DA AREA CENTRAL, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 83.350.546/0001-08, situada à Travessa Padre Prudêncio, 462, bairro do Comércio, nesta cidade e comarca de Belém, em 21/05/2009 foi notificado (fls. 01) a apresentar suas contas relativas ao ano-calendário de 2008, nos termos dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e 31 da Lei nº 8.742/93.

Às fls. 02 às 53, a entidade de interesse social apresentou as contas solicitadas.

Às fls. 54, o apoio contábil do Ministério Público, solicitou, à entidade de interesse social a apresentação de documentos imprescindíveis à análise das contas, haja vista que fazem parte da documentação contábil anexa ao SICAP que não foram apresentadas aquando da entrega das contas, quais sejam:”

I- Apresentar CD ou disquete contendo a Prestação de Contas no sistema SICAP referente ao exercício de 2008, haja vista que o mesmo não foi apresentado no momento da entrega da prestação ao Apoio da PJFMF. II- Balancete de Verificação Final, elaborado de acordo com os Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade, assinado pelo contador, com indicação do número do CRC, e pelo representante legal da entidade. III- Declaração contendo a relação de todas as contas bancárias da entidade (conta corrente e aplicação), com identificação da instituição financeira, número da conta e agência, devidamente assinada pelo representante legal da entidade; IV- Cópia do (s) extrato (s) bancário (s) ou documento equivalente emitido pela instituição financeira, que comprove o saldo das contas bancárias (conta corrente e aplicação) no mês de encerramento do exercício (normalmente

dezembro de cada ano), ainda que a conta não tenha apresentado movimentação bancária no mês de encerramento do exercício, acompanhada de conciliação bancária, em caso de divergência; V- Cópia da Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e respectivo recibo de entrega; VI- Parecer do Conselho Fiscal ou órgão equivalente; VII- Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da entidade, informando a existência de servidor público entre os seus dirigentes e, caso exista, informar a que órgão pertence; VIII- Às entidades que possuem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) informar se estão cumprindo o que pede o inciso VI, do art.3º, do Decreto nº 2.536, de 6/4/1998 e, quando se tratar de Instituição de Saúde, informar se estão cumprindo o que pede o § 4º (que foi alterado pelo decreto nº. 5.895, de 8/8/2006) ou § 5º ou § 8º do art.3º, do Decreto nº. 2.536, de 6/4/1998, apresentando na prestação de contas as informações solicitadas no decreto acima mencionado.

Às fls. 55, datada de 08/06/2010 foi exarado despacho ordenando o cumprimento do requerido pelo Apoio Contábil no prazo de 15 dias.

Às fls. 56/57, foi enviado ofício a entidade com objetivo de científica-la da necessidade da apresentação dos documentos mencionados no parecer do Apoio Contábil, sendo o documento recebido pela entidade no dia 15/06/2010.

Essa, a suma dos fatos.

Cuida este procedimento administrativo da análise das contas do ano-calendário 2008 da entidade denominada GRUPO DE MULHERES DA AREA CENTRAL.

Às fls 59/60, O apoio contábil desta promotoria sugeriu a desaprovação das contas apresentadas porque a referida entidade não apresentou os documentos enumerados às fls. 54. O dever de prestar contas

O dever de prestar contas, contra a qual se debatem vários segmentos ligados às fundações privadas e organizações não-governamentais, notadamente aquelas que, fraudando a verdade, procuram antagonizá-lo ao comando da eficiência, constitui no Direito Comparado, norma elementar de conduta de quem quer que se utilize dos recursos públicos ou privados.

Basta lembrar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, registra em seu artigo 15; “a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração”.

A Constituição Federal coloca as vigas mestras do dever de prestar contas no art. 70, parágrafo único, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04.06.98, ao estabelecer que “prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, guarde, arrecade, gere ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assumia obrigações de natureza pecuniária”.

O dever de prestar contas é uma obrigação constitucional de quem trabalha com recursos públicos, na sua mais lata acepção, assim entendidos os que provêm do erário ou pela sua natureza têm origem a tanto equiparada, como ocorre com as obrigações para fiscais.

O dever de prestar contas ao Ministério Público das entidades de interesse social

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial.

As entidades de interesse social são constituídas visando a atender aos interesses e necessidades de pessoas indeterminadas ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Para uma associação ser caracterizada como de interesse social, faz-se mister que ela exerça, por meios de seus objetivos, missão de relevância como um todo.

Destarte, havendo interesse social nos objetivos da entidade, terá ela o acompanhamento e a fiscalização do Ministério Público por meio de sua Promotoria competente.

Na seara infraconstitucional, o Decreto-Lei n. 41, de 18.11.1966, dispoñdo sobre a dissolução de sociedades de fins assistenciais, conferiu ao Ministério Público importante papel na fiscalização e no acompanhamento dessas entidades.

Diz-nos o Dec. Lei n. 41/66 que:

“Art. 1º. Toda sociedade civil de fins assistenciais que receba auxílio ou subvenção do Poder Público ou que se mantenha, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares, fica sujeita á dissolução nos casos e forma previstos neste decreto-lei.

Art. 2º. A sociedade civil será dissolvida se:

I- deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;

II- aplicar as importâncias representadas pelos auxílios subvenções ou contribuições populares em fins diversos dos previstos nos seus atos constitutivos ou nos estatutos sociais;

III- ficar sem efetiva administração, por abandono ou omissão continuada nos seus órgãos diretores.

Art. 3. °Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses do artigo anterior, o Ministério Público, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, requererá ao juízo competente a dissolução da sociedade.

Parágrafo único. O processo de dissolução e da liquidação rege-se-á pelos arts. 655 e seguintes do Código de Processo Civil”.

Assim, o Decreto Lei n. 41/1966, conforme testifica José Eduardo Sabo Paes, in Fundações e Entidades de Interesse Social, 5ª. Edição, Ed. Brasília Jurídica, p.g. 440, “ao destinar ao Ministério Público, a qualidade (legitimatio ad causam) para promover a extinção das pessoas jurídicas referidas pelo Decreto-Lei nº 41/66 (art. 3º), que recebam subvenções ou auxílio do poder público ou que se mantenham, no todo ou em parte, com contribuições periódicas de populares (art. 1º), implicitamente imputa ao parquet o ônus de sua fiscalização e A ENTIDADE O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS. E não há competência sem meios para executá-la.”

Ora, se o Ministério Público tem legitimidade para apurar, mediante inquérito civil público, irregularidades nas associações e sociedades civis sem fins lucrativos, mormente naquelas que recebem recursos públicos ou que têm fins assistenciais. Despiciendo seria dizer que imperioso é exigir a prestação de contas da entidade, visto que de outra forma, tais recursos poderiam ser consumidos sob o manto da frágil alegação de que há, no caso, apenas direitos disponíveis.

Destarte, quando essas entidades manejam recursos públicos, além da obrigatoriedade de prestar contas aos órgãos de controle externos da Administração Pública (TCM, TCE e TCU), são também obrigadas a apresentar suas contas ao Ministério Público nos moldes exigidos pelo “parquet”.

No presente caso, a entidade apresentou suas contas ao Ministério Público do exercício 2008, de forma incompleta, sem a apresentação de toda a documentação exigida, essencial para a correta análise das contas, restando comprometida a confiabilidade dos dados apresentados.

A documentação incompleta na aferição das contas implica na sua desaprovação

A entidade apresentou suas contas ao Ministério Público do exercício 2008, de forma incompleta, sem a apresentação de toda a documentação exigida, essencial para a correta análise das contas, restando comprometida a confiabilidade dos dados de fls. 02 a 53.

Assim, no rastro da remansosa jurisprudência^{1[1]}, que orienta no sentido de desaprovação das contas, sem apresentação de toda documentação completa, uma vez que se tornou impossível a aferição da regularidade de suas atividades finalística, o Ministério Público do Estado do Pará, considerando ainda que a ausência de meios para prestá-las não afasta o dever da pessoa jurídica de apresentar contas, ^{2[2]} houve por bem:

1) DESAPROVAR, por falta de apresentação de documentação contábil, as contas do ano-calendário de 2008 da entidade, publicando-se o respectivo ATO DE DESAPROVAÇÃO;

2) PROMOVER ação judicial competente para que o ente fundacional apresente os documentos contábeis faltantes;

3) REMETER cópia deste procedimento administrativo à Coordenadoria das Promotorias de Direitos Constitucionais para, nos termos do inciso VI do artigo 11 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, para a apuração de eventual improbidade;

4) INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL com o escopo de averiguar as reais condições de funcionamento da entidade GRUPO DE MULHERES DA AREA CENTRAL, sobretudo constatar a exatidão das informações omitidas na aferição de suas contas.

5) PUBLICAR, na imprensa oficial, esta decisão administrativa.

6) CIENTIFICAR, desta decisão, o representante legal da entidade.

Cumpridas as diligências supracitadas, voltem-me conclusos para outras providências.

1 ^[1] Ac. 72.2010. TRE-SE. Rel. Álvaro Joaquim Fraga. Julgado em 15/04/2010 - PRESTAÇÃO DE CONTAS. (...) DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA. RELAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS ABERTAS E EXTRATO BANCÁRIO. NÃO APRESENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA REGULARIDADE DAS CONTAS. DESAPROVAÇÃO.

1. Prestadas as contas sem a apresentação de toda a documentação exigida (...), essencial para a correta análise das contas, resta comprometida a confiabilidade dos demonstrativos financeiros postos à verificação, uma vez que impossibilita a aferição da exata situação financeira da agremiação.

2. Prestação de Contas julgadas desaprovadas.

2 ^[2] RT 685/141. TJMS. PRESTAÇÃO DE CONTAS. Dizer que reconhece o dever de prestar contas, mas não tem meios (...) para prestá-las é confessar o pedido.